

Por Gabriel Rattes

A apreensão de três vans da Turp Transporte Urbano de Petrópolis em Itaipava, trouxe à tona um problema que vai além de uma disputa judicial: a fragilidade operacional da empresa já vinha sendo apontada oficialmente pela fiscalização do sistema de transporte. O mandado judicial foi cumprido, na noite de 4 de fevereiro, na BR-040, no km 62. Um quarto veículo que constava na ordem não foi localizado no momento da diligência.

A medida é resultado de uma ação de busca e apreensão iniciada no Tribunal de Justiça do Paraná, após o Banco CNH Industrial Capital S/A comprovar a inadimplência da empresa em contrato de financiamento com alienação fiduciária. A dívida apontada no processo, em dezembro de 2025, é de R\$ 2.689.322,33.

Ação começou no Paraná

O processo teve início no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), onde o banco apresentou provas da inadimplência e pediu a retomada imediata dos veículos financiados. O juiz concedeu liminar autorizando a busca e apreensão, determinando:

- Expedição de mandado;
- Depósito dos veículos nas mãos do credor;
- Registro do estado e da quilometragem no momento da apreensão;
- Bloqueio dos veículos no sistema Renajud;
- Prazo de 5 dias para pagamento integral da dívida após a apreensão.

Mandado cumprido em Itaipava

Como os veículos estavam em Petrópolis, a ordem judicial precisou ser cumprida no Rio de Janeiro, por meio da 1ª Vara Cível da Regional de Itaipava. Às 21h40 do dia 4 de fevereiro, oficiais de Justiça, acompanhados do advogado do banco e de policiais militares, estiveram no local indicado e conseguiram localizar parte da frota.

Foram apreendidas as vans de placas: SRF0C80; SRZ0A25; e SRF5F65. Os veículos foram entregues como fiel depósito ao advogado do banco. O representante legal da empresa recebeu a contrafé do mandado e assinou o documento no local.

Na mesma ação, o veículo de placa SSC3F83 não foi encontrado. Havia ainda um endereço indicado na Estrada Silveira da Mota, na Posse, mas, segundo a certidão do oficial de Justiça, o local não possuía informações suficientes para cumprimento da ordem.

RMO já apontava falhas graves

Meses antes da apreensão, dados do Relatório Mensal de Operação (RMO) de novembro de 2025, produzido pela própria fiscalização do sistema de trans-



A medida é resultado de uma ação de busca e apreensão iniciada no Tribunal de Justiça do Paraná

Dívida de R\$ 2,6 milhões da Turp evidencia necessidade de reformulação no transporte

Três vans foram apreendidas pela Justiça em Itaipava durante cumprimento de mandado no início do mês



Como os veículos estavam em Petrópolis, a ordem judicial precisou ser cumprida no Rio

porte, mostram que a Turp já apresentava os piores indicadores operacionais entre as empresas do município meses antes da apreensão judicial das vans.

Segundo o relatório:

- A Turp realizou 93,86% das viagens programadas, o pior índice do sistema;
- Registrou 2.337 viagens não realizadas no mês, sendo 334 por falha mecânica;
- Foi a empresa com maior número de veículos com falha mecânica em operação: 171 registros;
- Somou 89 autuações por “não manter os veículos em adequado estado de funcionamento”;
- Liderou também as autuações por viagens não realizadas sem justifi-

cativa: 332 ocorrências.

O mesmo relatório mostra que a Turp concentrou 427 das 454 autuações aplicadas no sistema naquele mês. A maioria relacionada a problemas mecânicos, falhas de manutenção e descumprimento de viagens.

Os dados indicam que, já em novembro, a fiscalização registrava um cenário recorrente de falhas na frota, exatamente o tipo de problema que voltou a aparecer nas ações recentes da CPTTrans, que chegou a lacrar veículos por falhas no sistema de freios.

CPTTrans nega impacto no transporte

Os veículos descritos no processo são vans Iveco Daily, ano

2023/2024, adaptadas para 13 passageiros, utilizadas no transporte urbano de Petrópolis. Entretanto, procurada pela reportagem, a CPTTrans informou que entrou em contato com a direção da empresa e confirmou que a retirada não causaria impacto na operação do dia seguinte — informação que, segundo a Companhia, também foi verificada.

A CPTTrans informou que acompanha de forma permanente e rigorosa a operação do transporte público no município, com atenção aos índices de cumprimento de viagens e às condições de segurança da frota. Segundo a Companhia, após falhas recentes registradas na operação, houve reforço na fiscalização sobre os procedimentos de manu-

tenção realizados pela empresa.

No dia 3 de fevereiro, a CPTTrans foi informada sobre a realização de uma auditoria interna nesses processos. Durante a vistoria, que ainda está em andamento, foi identificada a necessidade de ampliar a verificação visual de veículos com histórico de falhas graves ou recorrentes.

Como medida preventiva, no dia 7 de fevereiro, a CPTTrans determinou o lacre de dois veículos que apresentaram problemas no sistema de freios. A medida impede que os ônibus retornem à circulação até que passem por nova inspeção e recebam liberação formal da fiscalização.

A CPTTrans e a Prefeitura afirmaram que seguirão atuando na fiscalização para garantir a continuidade do serviço e a segurança dos usuários.

Resposta da empresa

Procurada pela redação do jornal, a Turp Transporte não prestou esclarecimentos sobre a apreensão dos veículos. Referente ao RMO, O Setranspetro informa que, em análise ao Relatório Mensal de Operação (RMO), os índices de Petrópolis são considerados excelentes, se comparado às médias nacionais. Em relação a Turp, se não houvesse perdas por demais motivos, a empresa chegaria ao cumprimento de 99,12% das viagens, tendo em vista que apenas 0,88% não foram realizadas por motivos de falha mecânica